

Senado vota projeto para definir gastos dos estados e municípios

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O governo está na expectativa de que o Senado Federal vote hoje o projeto de resolução de autoria do líder do governo senador Ney Maranhão (PRN-PE), fixando os novos parâmetros para o endividamento dos estados e municípios em 1991. Depois de várias reuniões em que o poder Executivo procurou chegar a um entendimento com o Senado, o Banco Central deu por encerrado o processo de negociações e confia que se chegue nesta tarde a uma decisão definitiva.

Desde o início deste ano, os pedidos de autorização de estados e municípios deixaram de passar pelo crivo do Conselho Monetário Nacional (CMN), em obediência a uma determinação constitucional. As solicitações dão entrada no

BC, que faz a avaliação do pedido e o remete ao Senado Federal, acompanhado do parecer favorável ou desfavorável. O parecer serve apenas de orientação aos senadores, já que na hora da votação não precisam concordar com o BC.

Na verdade, o desaparecimento da espécie de "freio" caracterizado pela atuação do CMN no passado — os pedidos só eram remetidos ao Senado Federal depois do CMN concordar com a solicitação, sempre considerando o parecer do BC —, faz com que praticamente todas as solicitações sejam acatadas pelo Senado Federal, envolvendo tanto a emissão de títulos ou a contratação de operações de empréstimo bancário nos moldes do adiantamento de receita orçamentária (ARO).

Ambas as formas de endividamento tem impacto sobre as contas do déficit

público e preocupam o governo federal. Quando emitem títulos além da rolagem do principal, estados e municípios estão acionando um mecanismo de endividamento que acaba crescendo como uma bola de neve.

Nestas últimas três semanas, passaram pelo BC muitos pedidos para contratação de adiantamentos (ARO), tendo em vista a proximidade do final do ano. Os estados empenham sob contrato receita que esperam receber no ano fiscal seguinte, ampliando deste modo a base do limite do endividamento.

O BC quer fixar limites mais rígidos que reduzam a margem de endividamento dos estados e municípios e concorda que a rolagem da dívida já contratada englobe os encargos além do principal, mas não quer que além daquele limite os

estados possam se endividar em mais 10% de forma automática, como consta do projeto de resolução do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) que vigorou durante este ano.

Há expectativa do BC de que o governo do Estado de São Paulo não consiga levar adiante, na votação de hoje, a condição que impôs na última reunião negociadora: São Paulo pretendeu vincular o compromisso de votação favorável ao projeto do senador Ney Maranhão a um outro projeto, pelo qual o governo do estado teria permissão para fazer a convalidação (troca) de títulos à semelhança do que fez o governo federal no momento da edição do plano de estabilização. Deste modo, parte da dívida do estado não seria paga. O governo federal, no entanto, não concorda com aquela substituição.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E INTERNOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Data leitura	Estado ou município	Finalidade	Valor	Nº Pr	Resultado	
					Data aprov.	Resolu.
16.02.90	MG - Contagem	Retif. Res. 181.86, 373 430/87				
16.02.90	Goiás	Emissão de T. Dívida Pública	NCZ\$ 4.000.000.000,00	11/90	23.3.90	11/90
16.02.90	Minas Gerais	Emissão de LFTM	18.104.155	59/90	06.11.90	
16.02.90	Espírito Santo	Emissão de LFTM	24.602.259			
16.02.90	União - Banco Central	Financ. externo - Japão	Y 19.680.400.000,00			
16.02.90	União	Contratos cred. externo - BID	US\$ 50.000.000,00			
21.02.90	Ministério da Agricultura	Irrigação Nordeste I	US\$ 210.000.000,00			
19.03.90	Ministério da Saúde	Nordeste Rural - Fase II	US\$ 267.000.000,00	13/90	20.3.90	10/90
19.03.90	Pres. da República	Descons. Mens. 278/89, 47 e 48/90				
02.03.90	Bahia - Valença	Retificação Res. 121/88				
02.05.90	Bahia - Ubaitaba	Retificação Res. 173/88				
05.03.90	Paraná	Saneamento e infra-estrutura	LFTPR 4.000.000,00	5/90	13.3.90	6/90
05.03.90	SP - São Paulo	Giro da Dívida	LFTMSP 81.450.170	6/90	13.3.90	7/90
05.03.90	AL - Maceió	Infra-estrutura saneamento básico	BTN 18.073.401,80	7/90	13.3.90	3/90
05.03.90	MA - Açailândia	Pavimentação e drenagem pluvial	BTN 7.605.263,00	8/90	13.3.90	8/90
05.03.90	RN - Natal	Saneamento básico e pavimentação	BTN 935.882,67	9/90	13.3.90	4/90
05.03.90	BA - Vitória da Conquista	Infra-estrutura e urbanização	BTN 6.411.381,82	10/90	13.3.90	5/90
07.03.90	São Paulo	Transformação da operação de crédito já realizada	LFTF 4.500.000,00	12/90	27.3.90	13/90
08.03.90	Santa Catarina	Compra e venda com financiamento ext.	CLS RDA 9.177.075,00	56/90	14.11.90	
16.03.90	Paraná	Construção de Usina hidrelétrica	US\$ 135.000.000,00			
16.03.90	Mato Grosso	Emissão de LFTF-MT	1.000.000,00	(ao arquivo)		
25.05.90	Espírito Santo	Emissão de LFT-ES	24.602.259	22/90	29.6.90	
25.05.90	Rio Grande do Sul	Emissão de LFT-RS	107.862.370	23/90	20.6.90	
29.05.90	Amazonas	Contratação de oper. de crédito exter.	US\$ 27.200.000,00			
06.06.90	São Paulo	Contratação da oper. de crédito exter.	DM 23,0 milhões	24/90	29.6.90	
21.06.90	Minas Gerais	Emissão de LFTF-MG	201.160.424	31/90	29.6.90	
22.06.90	Goiânia	Financiamento de obras.	BTN 25.827.343,56	28/90	28.6.90	
25.06.90	Goiás	Emissão de LFT-GO	5.000.000,00	29/90	28.6.90	
26.06.90	Paraná	Emissão de LFT-PB	12.957.000	37/90	08.8.90	
26.06.90	Mato Grosso	Emissão de LFTF-MT	1.900.000,00	27/90	27.6.90	
29.06.90	Minas Gerais	Emissão de LFT-MG				
29.06.90	Santa Catarina	Emissão de LFTC	Não definido (anexado ao Cf. S/93/90)			
29.06.90	Rio de Janeiro	Emissão de LFT-RJ	Não definido	35/90	10.7.90	
29.06.90	Rio de Janeiro	Banerj	Não definido	34/90	10.7.90	
29.06.90	Rio de Janeiro	Metró e Banerj	BTNF 142.247.075.92546	32/90	29.6.90	
29.06.90	União	Crédito externo - Banco Mundial	Cr\$ 10.679.067.183,24	38/90	08.8.90	
17.08.90	Itaquaquecetuba	Emissão de LFTM-IT	US\$ 117.000.000,00	33/90	29.6.90	
17.08.90	Bahia	Emissão de LFT-BA	75.441.036	41/90	23.8.90	
17.08.90	Rio de Janeiro	Emissão de LFTM-RJ	Não definido	40/90	23.8.90	
23.08.90	Rio Verde - GO	Obras de Infra-estrutura urbana	Não definido	48/90	13.9.90	
23.08.90	Mato Grosso	Emissão de LFTF-MT	BTN 3.824.260,79	42/90	23.08.90	
23.08.90	São Paulo	Emissão de LFTM	Não definido	43/90	23.08.90	
23.08.90	Vilhena-RO	Obras de Infra-estrutura urbana	Não definido	49/90	13.09.90	
12.09.90	Amazonas	Contr. de crédito externo	BTN 2.093.419,97	50/90	13.09.90	
12.09.90	Rio Grande do Sul	Emissão de LFT-RS	US\$ 10.000.000			
05.10.90	G D F	Contratar empréstimo interno	US\$ 5.125.000.000	52/90	23.10.90	
26.10.90	União	Financiar Projeto Nac. Meio Ambiente e Proj. Ciência e Tecnologia	Y 138.208.000,00			
08.11.90	G D F	Alteração da Res. nº 186/87	113.000.000			
12.11.90	Santa Catarina	Contratação de Crédito externo	DM 17.681.494,00			
21.11.90	Rio de Janeiro	Emissão de LFT-RJ	588.280.935			
21.11.90	Rio Grande do Sul	Emissão de LFT-RS	118.220.156			
21.11.90	São Paulo-SP	Emissão de LFT-SP	6.191.417.692			
21.11.90	Paraná	Emissão de LFT-PR	436.287.971			
21.11.90	Bahia	Emissão de LFT-BA	22.000.000.000			
21.11.90	Minas Gerais	Emissão de LFT-MG	8.982.516.993			
26.11.90	SP - São Paulo	Emissão de LFTM-SP	1.717.544.757			
03.12.90	Maringá-PR	Infra-estrutura urbana	BTN 19.279.193,89			
04.12.90	São Paulo-SP	Pagamento precatórios judiciais	LFTF 3.306.719.821			
05.12.90	Rio de Janeiro-RJ	Equipamentos médicos	US\$ 20.000.000,00			
05.12.90	São Paulo-SP	Substituição de títulos	BTN 462.197.349			